

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

CÂMARA TÉCNICA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CTINS /CERH

Ata da reunião CTINS/CERHnº15/2025

No dia 17 de outubro de 2025, às 09h30, realizou-se, em formato híbrido, por meio da plataforma Zoom, a 15ª Reunião da Câmara Técnica dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos – CTINS/CERH. Após alguns minutos de espera para verificação do quórum, o Secretário Executivo, Sr. Alex Justus da Silveira, deu início à reunião, realizando a chamada nominal dos representantes e, em seguida, passou a palavra ao Coordenador da CTINS, Sr. Tiago Bacovis, e representante do Instituto Água e Terra (IAT), para condução dos trabalhos. Constatou-se a presença dos seguintes membros titulares da CTINS: Sr. Nicolás Lopardo (SANEPAR), Sr. Milton Luiz Brero de Campos (AMEP), Sra. Danielle Teixeira Tortato (GEBH/DISAR/IAT), Sr. Luiz Arthur Klas Gineste Conceição (CEDEA), Sr. Marcos Aurélio Pelegrina (SETI), Sra. Andreia Aparecida de Oliveira (CBH TIBAGI), Sr. Paulo Aparecido Pizzi (MATER NATURA), Sr. Marcos Irving Rosa (SEED) e o Sr. Paulo Quintiliano Moura (FAEP). Também participaram da reunião, pela Assessoria da Secretaria Executiva do CERH, a Sra. Valéria Santana Santos e a Sra. Bianca Olischevis pela (GEBH/DISAR/IAT). Verificada a conformidade com o art. 22 do Regimento Interno do CERH, que exige a presença de, no mínimo, metade dos membros da Câmara Técnica para legitimar a abertura dos trabalhos, e constatada a participação de 7 dos dez representantes titulares da CTINS, deu-se início às atividades técnicas da reunião. Em seguida, o Coordenador da CTINS deu prosseguimento ao item 3 da pauta, referente à aprovação da Ata da Reunião nº 13/2025, lembrando que a 14ª Reunião não ocorreu devido à ausência de quórum. A ata foi colocada em votação e, não havendo manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade. Passando ao item 4 da pauta, referente à análise das sugestões de complementação ou retificação do Manual de Operações do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, houve manifestações dos membros participantes com destaque para questões referentes à estrutura e conteúdo do documento, especialmente quanto aos critérios de priorização, prazos, fluxograma e composição da comissão de análise de projetos. Em seguida, o Coordenador informou que não poderia permanecer até o final da reunião, pois tinha outro compromisso, agradeceu a presença de todos e desejou boa continuidade aos trabalhos. Na sequência, a palavra foi passada ao Secretário Executivo, Sr. Alex Justus da Silveira, que prosseguiu com a condução dos trabalhos tendo em vista alguns pontos de consideração apresentados pelos membros. Durante a análise dos itens do Manual, foram ajustados alguns pontos relacionados aos critérios de elegibilidade e priorização, temas amplamente discutidos e aprovados por todos os presentes. Em seguida, a Sra. Danielle Tortato (GEBH/DISAR/IAT) manifestou-se sobre os prazos e aprovações de projetos, ressaltando a importância de observar os prazos estabelecidos pela SEFA. Destacou, ainda, que os projetos recebidos após o período

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

previsto deverão ser incluídos em uma lista de espera, podendo ser considerados em períodos subsequentes, sem garantia de aprovação. Foi sugerido que essa previsão conste expressamente no Manual. Com a palavra, o Sr. Nicolás Lopardo (SANEPAR) sugeriu a supressão de trechos repetitivos do texto relacionados às diretrizes gerais, considerando que não haverá editais específicos, e que tais pontos já se encontram descritos no fluxograma e nos capítulos iniciais do Manual. Na sequência, a Sra. Danielle Tortato (GEBH/DISAR/IAT) retomou a palavra e destacou a necessidade de que a prestação de contas dos projetos aprovados seja realizada pelo próprio proponente, responsável direto pela execução e utilização dos recursos. Ressaltou que essa medida visa evitar que a equipe técnica apresente projetos que não acompanhou diretamente. Foi sugerido que o texto do Manual reflita essa diretriz, garantindo que o proponente apresente e justifique a aplicação dos recursos ao Conselho. Em seguida, houve discussão sobre a utilização dos termos “apreciação” e “deliberação” nas etapas de análise das prestações de contas. Considerando que o processo resulta em Resolução do Conselho, foi proposto avaliar a pertinência de manter o termo “deliberação”, visto que este implica ato formal e decisório. O tema permanecerá em aberto para análise posterior. O Sr. Nicolás Lopardo (SANEPAR) apresentou sugestão referente à composição da Comissão de Análise de Projetos, propondo a inclusão de dois representantes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos sendo um do segmento dos usuários e outro da sociedade civil organizada, considerando que atualmente a Comissão é composta apenas por servidores do IAT. A Sra. Danielle Tortato, explicou que a composição interna foi definida com base na celeridade e operacionalidade dos trâmites, uma vez que as propostas já passam por filtros prévios (comitês de bacia, escritórios regionais e diretorias afins). O Conselheiro Paulo Pizzi (MATER NATURA) manifestou-se favorável à inclusão de representantes externos, destacando a importância da transparência e participação social. Decidiu-se manter o ponto em aberto, em amarelo no documento, para deliberação final após a revisão geral a ser realizada em momento posterior. Com a palavra, o Secretário Executivo sugeriu que o texto referente aos critérios de priorização passe a constar da seguinte forma: “De acordo com os critérios a serem definidos pela Comissão e em conformidade com os critérios de elegibilidade e priorização.” A alteração foi aprovada por consenso. Na sequência, os membros discutiram sobre o fluxograma de análise das propostas, observando que o modelo atual apresenta excesso de informações técnicas, o que dificulta a compreensão por agentes externos. Foi sugerida a substituição do termo “fluxograma” por “diagrama descritivo”, e a Sra. Danielle Tortato comprometeu-se a revisar o conteúdo visual e textual com base nas contribuições apresentadas. A Secretaria Executiva se comprometeu a compilar todas as sugestões e elaborar uma versão consolidada do documento para apreciação na próxima reunião. Ficou acordado que os membros da CTINS deverão: Revisar os itens restantes do Manual, a partir do item 6, antes da próxima reunião; apresentar sugestões complementares de alteração ou retificação na próxima sessão; receber da Secretaria Executiva o documento consolidado até a

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH

83 segunda-feira subsequente. O conselheiro Marcos Irving Rosa (SEED) solicitou o envio
84 das gravações e atas das últimas reuniões, das quais esteve ausente por motivo de força
85 maior, a fim de se inteirar das deliberações. Solicitou, ainda, tempo de fala na próxima
86 reunião para apresentar uma proposta de complementação referente à Educação
87 Ambiental no Manual. O pedido foi acolhido pela Secretaria Executiva, que se
88 comprometeu a encaminhar o material solicitado. Nada mais havendo a tratar, o
89 Secretário Executivo, Sr. Alex Justus, agradeceu a presença de todos, desejou bom final
90 de semana e encerrou a reunião, ficando registrado o compromisso de retomada da
91 análise do Manual de Operações do FRHI na próxima reunião da CTINS/CERH.